

**Cleize Kohls**

**Luiz Henrique Dutra**

# TRABALHO

**TEORIA, PRÁTICA, PEÇAS E QUESTÕES**

**2ª FASE**  
EXAME DE ORDEM  
PRÁTICA E TREINO

**8ª**

EDIÇÃO

revista,  
ampliada e  
atualizada

2024

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

## 5

## PETIÇÃO INICIAL

A petição inicial tem regramentos específicos na CLT, bem como disposições, que lhe são aplicáveis subsidiariamente, encontradas no CPC.

O artigo mais importante e que deve ser observado quando a questão tratar do assunto, ou na hora da elaboração de uma inicial é o art. 840:

**Art. 840.** A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

§ 1º Sendo **escrita**, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

§ 2º Se **verbal**, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou chefe de secretaria, observado, no que couber, o disposto no parágrafo anterior.

Como identificar que é uma reclamação trabalhista no enunciado?

- O enunciado dirá que você foi procurado pelo cliente.
- O enunciado mencionará um relato desse cliente, e vai orientar a adotar a medida judicial cabível.
- Normalmente não há indicação de número de processo (a menos que seja para narrar a existência de um processo que já foi arquivado ou que trata de outras questões).

Várias são as petições iniciais cabíveis na justiça do trabalho. Todas elas têm uma estrutura básica que deve ser observada.

⦿ **Quais as petições iniciais já foram cobradas em exames anteriores da FGV?**

- Reclamação Trabalhista.
- Ação de Consignação em Pagamento.

**5.1 RECLAMAÇÃO TRABALHISTA – PASSO A PASSO**

➤ **ESTRUTURA BÁSICA**

1. Endereçamento
2. Nome e qualificação do reclamante
3. Nome e fundamento da peça
4. Nome e qualificação da reclamada
5. Teses Distribuição por dependência/tramitação preferencial Mérito Tutela provisória Justiça gratuita Honorários de sucumbência
6. Pedidos e Requerimentos finais
7. Valor da Causa
8. Fechamento

Primeiramente é importante dizer que a peça deve ser elaborada com a análise dos seguintes artigos: **art. 319 do CPC e art. 840 da CLT.**

⦿ **Requisitos (estruturação básica):**

**a) Endereçamento**

A petição inicial deve ser endereçada para a **autoridade competente**. Ao autor cabe a

indicação do juiz ou tribunal competente para processar e julgar a ação que é proposta, e para isso deve observar:

- 1) Se a ação vai ser ajuizada na Vara ou em um Tribunal;
- 2) A competência territorial – **art. 651 da CLT.**

✦ Exemplos:

Competência da VARA:

*Ao Juízo da...Vara do Trabalho de...*

Competência originária do TRT:

*Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho*

### b) Qualificação das partes

Três situações podem acontecer:

- 1ª. os dados são fornecidos pelo enunciado ➔ nesse caso deve-se utilizar tais dados na elaboração da peça.
- 2ª. não há indicação de nenhum dado ➔ nesse caso deve-se colocar de forma genérica, podendo ser feita da seguinte forma:

Cada item de qualificação seguido de ...

Ex.: CARMELINDA, nacionalidade..., estado civil..., profissão..., RG..., CPF..., CTPS..., PIS..., residente e domiciliada na Rua..., número..., bairro..., cidade..., Estado. , CEP..., email...  
Colocar o termo: *qualificação completa..., endereço completo....*

- 3ª. alguns dados são fornecidos no enunciado, outro não são apontados ➔ nesse caso, deve-se colocar os dados fornecidos e os demais colocar de forma genérica.

Se for necessário qualificar **mais de um reclamante ou reclamada**, deve-se fazer da seguinte maneira:

06	NOME, qualificação completa... e endereço completo..., e NOME,
07	qualificação completa... e endereço completo....

### c) Questões processuais prévias

Deve-se inicialmente verificar a necessidade de alegação, por exemplo, da necessidade de tramitação preferencial (pessoa idosa, doença grave etc.).

Caso o enunciado mencione sobre a passagem pela CCP, o examinando poderá fazer uma preliminar informando tal fato. Mas, lembre-se que a passagem pela CCP é uma faculdade conforme já decidiu o STF (ADI 2139 e ADI 2160).

**Pessoa Idosa: + 60 anos – Fundamento: Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), arts. 71 e 1.048, I, do CPC.**

É assegurada **prioridade na tramitação** dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade **igual ou superior a 60 (sessenta) anos**, em qualquer instância.

**Dissídio sobre salário (exclusivamente) e Falência do empregador – Fundamento: art. 652, par. ún., CLT.**

Terão preferência para julgamento, os **dissídios sobre pagamento de salário e aqueles que derivarem da falência do empregador**, podendo o Presidente da Junta, a pedido do interessado, constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos.

**Portador de doença grave – Fundamento art. 1.048, I, CPC.**

Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais: em que figure como parte ou interessado pessoa portadora de doença grave, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

**Pessoa com deficiência – Fundamento: art. 9º, VII da Lei nº 13.146/2015.**

A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

**Adolescente** – art. 1.048, II do CPC, art. 4º, par. ún. do ECA e arts. 4º e 227 da CF.

Também pode ser requerida a distribuição por dependência/prevenção do juízo – art. 286 do CPC.

### d) Mérito

No mérito serão tratados os fatos e fundamentos que respaldam os pedidos. Uma sugestão recomendada é dividir em tópicos, pois facilita a identificação pelo corretor e demonstra organização lógica da peça.

- **Breve exposição dos fatos** (Ex.: Do contrato de trabalho: relatar as datas de contratação

e demissão, o valor do salário, a quantidade de horas realizadas por semana ou mês).

- **Fundamentos** (sempre buscar os fundamentos, pois há pontuação para a identificação de artigos, súmulas e OJs que respaldam a tese levantada).
- **Conclusão** – pedido.

✈ **Exemplificando:**

<b>TÍTULO DA TESE</b> = TEMA CENTRAL	↔	<b>DAS HORAS EXTRAS</b>
<b>FATO</b> = INFORMAÇÕES DO ENUNCIADO	↔	Carmelinda laborava das 8h às 18h, com uma hora de intervalo de segunda à sexta, e das 8h às 12h no sábado.
<b>FUNDAMENTOS</b> = ARTIGOS, SÚMULAS, OJS	↔	Em razão disso, Carmelinda excedia sua jornada diária em 1 (uma) hora, pois o art. 58 da CLT e o art. 7º, XIII da CF, limitam a duração do trabalho diário em 8 horas, sendo que Carmelinda laborava 9h por dia de segunda à sexta.
<b>CONCLUSÃO</b> = PEDIDOS	↔	Diante disso, requer a condenação da reclamada ao pagamento de 1 hora extra de segunda à sexta-feira, com adicional de 50%, conforme prevê o art. 59, § 1º da CLT, com os correspondentes reflexos.

## ⊙ ANTECIPAÇÃO DE TUTELA/TUTELA PROVISÓRIA/LIMINAR

Quando houver perigo de dano grave e de difícil reparação.

Ex.: reintegração, transferência, FGTS, seguro-desemprego. Nesse caso, temos aplicação subsidiária do CPC (art. 769 da CLT).

A **TUTELA PROVISÓRIA** pode fundar-se em **URGÊNCIA OU EVIDÊNCIA** (art. 294 do CPC).

Conforme o art. 300, a **TUTELA DE URGÊNCIA** será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

O CPC também estabelece que nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo (art. 303).

Já a tutela de evidência vem disciplinada no art. 311, que estabelece que ela será concedida, **independentemente** da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

- I – ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;
  - II – as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;
  - III – se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;
  - IV – a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

Na CLT também encontramos no **art. 659, IX e X, da CLT** que o juiz poderá:

- IX – conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem a tornar sem efeito transferência disciplinada pelos parágrafos do artigo 469 desta Consolidação.
- X – conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem reintegrar no emprego dirigente sindical afastado, suspenso ou dispensado pelo empregador.

Também podem ser pedidos na inicial, fazendo-se a respectiva tese:

- **JUSTIÇA GRATUITA:** Quando o enunciado der informações sobre o preenchimento dos requisitos. **Art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT.**

✈ **Exemplificando:**

### DA JUSTIÇA GRATUITA

A reclamante recebe apenas um salário mínimo. Em razão disso, nos termos do **art. 790, § 3º,**

da CLT, preenche o requisito para a concessão do benefício da justiça gratuita, já que recebe menos de 40% do teto dos benefícios da previdenciária social. Diante disso, requer a concessão do benefício da justiça gratuita.

- **HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA:** Sempre pedir nas petições iniciais. **Art. 791-A da CLT.**

✦ **Exemplificando:**

**DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA**

Por fim, requer a condenação da reclamada ao pagamento de honorários de sucumbência, os quais devem ser fixados observando-se os parâmetros do **art. 791-A da CLT.**

**e) Pedidos e Requerimentos Finais**

**Dos pedidos:** é necessário colocar os pedidos de forma certa, determinada e com a quantificação dos pedidos.

Deve-se repetir de forma objetiva todos os pedidos que foram realizados ao longo da peça (em cada tese).

✦ **Exemplificando:**

Diante do exposto, requer:

- a) A condenação da reclamada ao pagamento de ... horas extras, com adicional de 50%, no valor de R\$...
- b) A condenação da reclamada ao pagamento de diferença salarial por equiparação salarial, no valor de R\$...

**Dos requerimentos finais:** sempre se deve pedir a notificação da reclamada, a produção de provas e a procedência dos pedidos.

✦ **Exemplificando:**

Diante do exposto, requer:

- a) A notificação da reclamada para, querendo, comparecer em audiência e apresentar resposta a presente reclamação;
- b) A produção de todos os meios de prova em direito;
- c) A procedência de todos os pedidos, com a condenação da reclamada ao pagamento das verbas pleiteadas, acrescidas de juros e correção monetária.

**f) Valor da causa**

No CPC encontramos que, a toda causa será atribuída valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível (art. 291).

O art. 292 estabelece os critérios para estabelecer o valor da causa, devendo ser destacado que na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido.

Ademais, lembre-se que o valor da causa define o rito.

**g) Fechamento**

No fechamento devemos colocar apenas a indicação do local, data, advogado e OAB. Mas sem criar dados que não foram fornecidos pelo edital.

⦿ **Atenção!**

- Não colocar seu nome ou qualquer dado que possa identificar a peça. Lembre-se das regras do edital.

25	Nestes termos,
26	pede deferimento.
27	
28	Local..., data...
29	Advogado...
30	OAB ...

## 5.2 MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

01	AO JUÍZO DA ... VARA DO TRABALHO DE ...-....
02	
03	(deixar algumas linhas em branco, poucas para não perder espaço).
04	
05	NOME DO RECLAMANTE, nacionalidade..., estado civil..., profissão.... RG..., CPF..., CTPS...,
06	PIS..., residente e domiciliado na Rua ..., nº..., bairro..., cidade..., Estado..., CEP...,e-mail...,
07	vem perante Vossa Excelência, por seu advogado que subscreve (procuração em anexo,
08	endereço completo...), com fulcro no art. 840, § 1º, da CLT, propor
09	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, pelo rito ...
10	Em face de NOME DA RECLAMADA, pessoa jurídica de direito..., inscrita nº CNPJ no ...,
11	estabelecida na rua ..., no..., bairro..., cidade ..., CEP ..., pelas razões de fato e de direito que
12	passa expor:
13	<b>PRELIMINAR</b> (sugere-se começar pelas preliminares)
14	DA PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO (exemplo)
15	Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.
16	
17	<b>MÉRITO</b>
18	DO VÍNCULO DO EMPREGADO (exemplo)
19	Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.
20	
21	DAS VERBAS RESCISÓRIAS (exemplo)
22	Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.
23	
24	DA MULTA DO ART. 467 DA CLT (exemplo)
25	Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.
26	
27	DA MULTA DO ART. 477 (exemplo)
28	Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.
29	
30	DA JUSTIÇA GRATUITA (exemplo)
31	Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.
32	DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA (exemplo)
33	Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.
34	

35	<b>DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS</b>
36	Diante do exposto reclama:
37	a) colocar cada pedido de forma certa, determinada, e com valor de R\$....
38	
39	Por fim, requer:
40	a) A notificação da reclamada para comparecer em audiência e apresentar
41	resposta à presente reclamação trabalhista, sob pena de revelia.
42	b) A produção de todas as provas em direito admitidas.
43	c) A procedência dos pedidos, com a condenação da reclamada ao pagamento
44	de todas as verbas postuladas, acrescidas de juros e correção monetária e hono-
45	rários de sucumbência.
46	
47	Valor da causa: R\$....
48	
49	Nestes termos,
50	pede deferimento.
51	Local...Data...
52	Advogado...
53	OAB...
54	

### 5.3 FAZENDO JUNTOS RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

#### ■ Enunciado do XXXIV Exame:

Heitor Agulhas trabalhava na sociedade empresária Porcelanas Orientais Ltda. desde 26/10/2020, exercendo a função de vendedor na unidade localizada em Linhares/ES e recebendo, em média, quantia equivalente a 1,5 salário mínimo por mês, a título de comissão.

Em janeiro de 2022, o dono do estabelecimento resolveu instalar mais duas prateleiras na loja para poder expor mais produtos e, visando economizar dinheiro, fez a instalação pessoalmente. As prateleiras foram afixadas logo acima do balcão em que trabalhavam os vendedores. Ocorre que o dono da empresa tinha pouca habilidade manual, e, por isso, as prateleiras não foram fixadas adequadamente. No dia seguinte à instalação malfeita, com o peso dos produtos nelas colocadas, as prateleiras caíram com todo o material, acertando violentamente a cabeça de Heitor, que estava logo abaixo fazendo um atendimento. Heitor desmaiou com o impacto, foi socorrido e conduzido ao hospital público, onde recebeu atendimento e levou 50 pontos na cabeça, testa e face, resultando em uma grande cicatriz que, segundo Heitor, passou a despertar a atenção das pessoas, que reagem negativamente ao vê-lo.

Heitor teve o plano de saúde, que era concedido pela sociedade empresária, cancelado após o dia do incidente e teve de usar suas reservas financeiras para arcar com R\$ 1.350,00 em medicamentos, para aliviar as dores físicas, além de R\$ 2.500,00 em sessões de terapia, pois ficou fragilizado psicologicamente depois do evento.

Heitor ficou afastado em benefício previdenciário por acidente do trabalho (auxílio por incapacidade temporária acidentária, antigo auxílio-doença acidentário, código B-91), teve alta médica após 3 meses e retornou à empresa com a capacidade laborativa preservada, mas foi dispensado, sem justa causa, no mesmo dia.

Heitor procura você, como advogado(a), querendo propor alguma medida judicial para defesa dos seus direitos, pois está desempregado, sem dinheiro para se manter e sentindo-se injustiçado porque ainda precisará de tratamento médico e suas reservas financeiras acabaram. Além dos documentos comprobatórios do atendimento hospitalar e gastos, Heitor exhibe a CTPS devidamente assinada pela sociedade empresária e o extrato do FGTS, no qual não constam depósitos nos 3 meses de afastamento pelo INSS.

**Como advogado de Heitor, elabore a medida judicial em defesa dos interesses dele. (5,00)**

**PEÇA PROFISSIONAL** 1/5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## PEÇA PROFISSIONAL 2/5

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## PEÇA PROFISSIONAL 3/5

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

## PEÇA PROFISSIONAL 4/5

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

## PEÇA PROFISSIONAL 5/5

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

✓ **Resolução do XXXIV Exame:**

**AO JUÍZO DA ... VARA DO TRABALHO DE LINHARES-ES**

HEITOR AGULHAS, qualificação completa..., endereço completo..., OU nacionalidade..., estado civil..., vendedor, RG..., CPF..., CTPS..., PIS..., residente e domiciliado na Rua..., número..., Bairro..., Cidade..., Estado..., CEP..., e-mail..., vem perante esse juízo, por intermédio de seu advogado (procuração em anexo, endereço completo...), propor

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, com fundamento no art. 840, § 1º, da CLT, pelo rito...

Em face de PORCELANAS ORIENTAIS LTDA., qualificação completa..., endereço completo... OU CNPJ..., estabelecida na Rua..., número..., Bairro..., Cidade..., Estado..., CEP..., pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

O Reclamante está desempregado e passando por dificuldades, razão pela qual requer a concessão do benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 790, § 3º e § 4º da CLT.

**DO ACIDENTE DE TRABALHO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR**

Em janeiro de 2022, o dono do estabelecimento em que o Reclamante trabalhava resolveu instalar mais duas prateleiras na loja para poder expor mais produtos e, visando economizar dinheiro, fez a instalação pessoalmente. As prateleiras foram afixadas logo acima do balcão em que trabalhavam os vendedores. Ocorre que o dono da empresa tinha pouca habilidade manual, e, por isso, as prateleiras não foram fixadas adequadamente. No dia seguinte à instalação malfeita, com o peso dos produtos nelas colocadas, as prateleiras caíram com todo o material, acertando violentamente a cabeça de Heitor, que estava logo abaixo fazendo um atendimento. O evento caracteriza-se como acidente de trabalho e há, conseqüentemente, responsabilidade civil do empregador, conforme art. 19 da Lei 8.213/91 e arts. 186 e 927 do CC, gerando o dever de reparação dos danos causados, a seguir indicados.

**DANOS MORAIS**

O evento gerou dano moral no trabalhador, tanto que precisou de atendimento psicológico.

Tal fato ofende os seus direitos protegidos pelo art. 223-C da CLT, notadamente sua saúde e integridade física, havendo responsabilidade do empregador nos termos dos Arts. 223-B e 223-G da CLT, bem como Art. 186 e Art. 927, ambos do CC. Assim, requer seja a Reclamada condenada ao pagamento de indenização por dano moral ao Reclamante.

**DANO MATERIAL**

Em razão do acidente o Reclamante teve de usar suas reservas financeiras para arcar com R\$ 1.350,00 em medicamentos, para aliviar as dores físicas, além

de R\$ 2.500,00 em sessões de terapia, pois ficou fragilizado psicologicamente depois do evento. No caso, há a responsabilidade civil do empregador, que deve reparar os danos materiais sofridos, conforme Art. 186, Art. 927 e Art. 949, todos do CC. Diante do exposto, requer seja a Reclamada condenada a reparar o dano material sofrido pelo Reclamante.

**DANO ESTÉTICO**

O Reclamante desmaiou com o impacto, foi socorrido e conduzido ao hospital público, onde recebeu atendimento e levou 50 pontos na cabeça, testa e face, resultando em uma grande cicatriz que passou a despertar a atenção das pessoas, que reagiam negativamente ao vê-lo. Diante da responsabilidade civil do empregador e do dano estético, requer a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização pelo dano estético, nos termos do Art. 223-B, Art. 223-C ou Art. 223-G, todos da CLT, ou Art. 186 ou Art. 927, ambos do CC.

**DO FGTS**

O Reclamante ficou afastado em benefício previdenciário por acidente do trabalho, teve alta médica após 3 meses e retornou à empresa com a capacidade laborativa preservada, mas foi dispensado, sem justa causa, no mesmo dia. Porém, conforme extrato do FGTS, não constam depósitos nos 3 meses de afastamento pelo INSS. Diante do exposto, requer o depósito do FGTS dos três meses de afastamento, porque o evento foi um acidente de trabalho, havendo a obrigação do empregado de fazer tais recolhimentos, conforme Art. 15, § 5º, da Lei nº 8.036/90.

**DA ESTABILIDADE – REINTEGRAÇÃO – RESTABELECIMENTO DO PLANO DE SAÚDE – TUTELA PROVISÓRIA**

Como mencionado, o Reclamante ficou afastado em benefício previdenciário por acidente do trabalho, teve alta médica após 3 meses e retornou à empresa com a capacidade laborativa preservada, mas foi dispensado, sem justa causa, no mesmo dia.

Porém, o Reclamante possui estabilidade/garantia no emprego em virtude do acidente do trabalho, conforme o Art. 118 da Lei nº 8.213/91 e a Súmula 378, inciso II, do TST, e não poderia ter sido dispensado.

Ademais, não poderia ter sido cancelado o plano de saúde, conforme Súmula 440 do TST, razão pela qual requer o restabelecimento do plano de saúde.

Considerando a probabilidade do direito, respaldada pela fundamentação supra, e a urgência da situação que pode resultar em dano de difícil reparação, requer a concessão de tutela provisória de urgência ou evidência para a reintegração imediata e restabelecimento incontinentemente do plano de saúde, conforme o Art. 294, o Art. 300 e o Art. 311, todos do CPC.

**DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA**

Por fim, requer o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, conforme o Art. 791-A da CLT.

Diante do exposto, requer:

- a) A reintegração do empregado ou a condenação da reclamada ao pagamento de indenização substitutiva, no valor de R\$...;
- b) O restabelecido do plano de saúde;
- c) O pagamento de indenização por dano moral, no valor de R\$...;
- d) O pagamento de indenização pelo dano material, no valor de R\$... OU R\$ 3.850,00;
- e) O pagamento de indenização pelo dano estético, no valor de R\$...;
- f) O depósito de três meses de FGTS, no valor de R\$...;

Por fim, requer:

- a) Seja deferida a tutela provisória para a imediata reintegração do Reclamante e restabelecimento do plano de saúde;

- b) A notificação da reclamada para comparecer em audiência e apresentar a sua defesa, querendo;
- c) A produção de todas as provas em direito admitidas;
- d) A procedência dos pedidos, com a condenação da reclamada ao pagamento de honorários de sucumbência;
- e) Seja deferida a gratuidade da justiça.

Valor da causa: R\$...

Nestes termos,  
pede deferimento.

Local... Data...

Advogado...  
OAB...

✓ Espelho da peça

Distribuição dos Pontos	
ITEM	PONTUAÇÃO
<b>Endereçamento</b>	
1. Reclamação trabalhista endereçada ao Juízo do Trabalho de Linhares/ES (0,10)	0,00/0,10
<b>Partes e Fundamento Legal</b>	
2. Qualificação do reclamante (0,10) e da reclamada (0,10)	0,00/0,10/0,20
3. Indicação do Art. 840, § 1º, CLT (0,10)	0,00/0,10
<b>Gratuidade de justiça</b>	
4. Requerer gratuidade diante da situação financeira do reclamante (0,10). Indicação Art. 790, § 3º <u>ou</u> Art. 790, § 4º, ambos da CLT <u>ou</u> Art. 99, § 3º, CPC (0,10).	0,00/0,10/0,20
<b>Responsabilidade Civil</b>	
5. Indenização por dano material pelos remédios (0,20) e pela terapia (0,20). Indicação Art. 186 <u>ou</u> Art. 927 <u>ou</u> Art. 949, todos do CC (0,10).	0,00/0,20/0,30 0,40/0,50
6. Indenização por dano moral pelo constrangimento (0,40). Indicação Art. 223-B <u>ou</u> Art. 223-C ambos da CLT <u>ou</u> Art. 186 <u>ou</u> Art. 927, ambos do CC (0,10).	0,00/0,40/0,50
7. Indenização por dano estético pela alteração da aparência/dano físico aparente (0,40). Indicação Art. 223-B <u>ou</u> Art. 223-C, ambos da CLT <u>ou</u> Art. 186 <u>ou</u> Art. 927, ambos do CC (0,10).	0,00/0,40/0,50
<b>FGTS</b>	
8. FGTS do período de afastamento por ser acidente do trabalho (0,40). Indicação Art. 15, § 5º, Lei 8.036/90 <u>ou</u> Art. 28, III, Decreto 99.684/90 (0,10).	0,00/0,40/0,50
<b>Garantia no emprego</b>	
9. Reintegração pelo acidente do trabalho (0,40). Indicação Art. 118 da Lei 8.213/91 <u>ou</u> Súmula 378, II, TST (0,10).	0,00/0,40/0,50
<b>Plano de saúde</b>	
10. Restabelecimento do plano de saúde (0,40). Indicação Súmula 440 TST (0,10)	0,00/0,40/0,50
<b>Tutela provisória</b>	
11. Concessão de tutela de urgência, de evidência, provisória, antecipatória <u>ou</u> liminar para a reintegração imediata (0,30) e para o restabelecimento do plano de saúde (0,30). Indicação Art. 294, <i>caput</i> ou parágrafo único, <u>ou</u> Art. 300, <i>caput</i> ou § 2º, <u>ou</u> Art. 311, todos do CPC (0,10).	0,00/0,30/0,40/ 0,60/0,70
<b>Honorários advocatícios</b>	
12. Requerimento de honorários advocatícios (0,10). Indicação Art. 791-A, CLT (0,10)	0,00/0,10/0,20
<b>Requerimentos finais</b>	
13. Reiterar o pedido de tutela de urgência, evidência, provisória, antecipatória <u>ou</u> liminar (0,10) e procedência dos pedidos (0,10).	0,00/0,10/0,20
14. Indicação das provas que pretende produzir (0,10).	0,00/0,10
15. Indicação do valor da causa e indicação da expressão econômica de cada pedido (0,10).	0,00/0,10
<b>Fechamento</b>	
16. Local, data, advogado e inscrição OAB (0,10).	0,00/0,10

**■ Enunciado do XXXIII Exame:**

Sheila Melodia procura você, na condição de advogado(a), em 27/08/2021, relatando que é empregada da sociedade empresária Solução Ltda. desde 15/10/2019, recebendo 1 salário mínimo por mês, estando com o contrato em vigor. Sheila informa que desde o início do contrato de trabalho atua como auxiliar de manutenção terceirizada nas dependências da sociedade empresária Tecnologia Ltda., localizada em Campinas/SP, pois existe contrato de prestação de serviços entre ambas as empresas. A empregada informa que jamais assinou qualquer documento ou autorização, sendo aprovada em processo seletivo para, logo após, ter a CTPS anotada. Diz que trabalha de 2ª a 6ª feira, das 9h às 15 horas, com intervalo de 15 minutos para refeição, e aos sábados, das 8h às 14 horas sem intervalo, marcando corretamente os cartões de ponto. Sheila explica que o supervisor da empregadora, alocado junto à sociedade empresária Tecnologia Ltda. para controlar a qualidade dos serviços, foi substituído há 2 meses, e o novo supervisor, de nome Carlos, tem o estranho e constrangedor hábito de enfileirar as empregadas no início do expediente e exigir que cada trabalhadora lhe dê um beijo no rosto. Carlos justifica esse procedimento dizendo que é uma forma de melhorar a relação da chefia com as subordinadas, e afirma que quem se negar sofrerá punição. Com receio de sofrer algo, Sheila se submete à vontade de Carlos, mesmo contrariada. Sheila lhe apresenta um extrato atual do FGTS, no qual se verifica um único depósito referente à competência de novembro de 2019, a certidão de nascimento do seu único filho, que tem 20 anos de idade, uma fotografia na qual aparece com o uniforme da sociedade

empresária Solução Ltda., a cópia da ata de audiência de um processo anterior que ela ajuizou contra as empresas, com as mesmas pretensões, e que foi extinta sem resolução do mérito (arquivada) pela ausência da trabalhadora à 1ª audiência, tendo ela pago as custas processuais, com grande sacrifício (reclamação número 0100217-58.2021.5.15.0170, que tramitou perante a 170ª Vara do Trabalho de Campinas), os contracheques de todo o período, nos quais consta, na parte de créditos, o salário mínimo e, na parte de descontos, a dedução de INSS, sendo que, no mês de março de 2020 consta uma dedução da contribuição sindical de R\$ 40,00, sendo que Sheila nem sabia que havia um sindicato que a representava. A empregada afirma que, diante das irregularidades que sofre, não deseja continuar o contrato de trabalho, mas decidiu não pedir demissão porque foi alertada por 6 familiares que, nesse caso, perderia vários direitos. Por fim, diz que sua situação financeira é periclitante, e não tem recurso financeiro para ajuizar a ação, caso seja necessário adiantar alguma quantia. Elabore, na condição de advogado(a), a peça prático-profissional que melhor defenda os interesses de Sheila, sem usar dados ou informações que não estejam no enunciado. (Valor: 5,00)

*Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação. Nos casos em que a lei exigir liquidação de valores, não será necessário que o examinando a apresente, admitindo-se que o escritório possui setor próprio ou contratado especificamente para tal fim.*

**PEÇA PROFISSIONAL** 1/5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	